

A PSICANÁLISE SERÁ AUTOGESTIVA OU NÃO SERÁ?

Jorge R. Volnovich

Psicanalista de Crianças e Socioanalista

DEBATE

*As opiniões contidas em cada um dos artigos deste debate correspondem a seus autores, mas a decisão de dar a conhecer os termos deste debate são de responsabilidade do Dr. Jorge R. Volnovich. O objetivo é propiciar nos Estados Gerais da Psicanálise um debate a partir de posições políticas diferentes no marco fraterno e solidário que une seus autores. Nesse contexto dedicam o presente debate ao psicanalista e institucionalista argentino Ricardo Malfé

1 – PSICANÁLISE E POLÍTICA

O desafio do século XXI consiste em nos defender contra o desconhecido, o incerto, o invisível e o inesperado –

Donald Rumsfeld

*Citado por Jarbas Passarinho no Jornal do Brasil 8/7/03 sobre
Declarações expostas na revista Foreign Affairs – 2002*

Esta frase, emitida por um dos principais estrategistas da administração Bush e cuja força revelou-se em cada um dos escombros, em cada uma das vidas calcinadas e massacradas tanto no Afeganistão quanto no Iraque, não deixa lugar a muitas dúvidas: o Estado Imperial declarou guerra ao inconsciente, Não é menor seu objetivo imediato que consiste em instituir neste novo ciclo de acumulação capitalista, a recolonização (1) dos países dependentes, assim como a recolonização das mentes, dos afetos e das memórias das pessoas que são parte dessa civilização. Este projeto neocolonial não poderia deixar de ter como inimigo o desejo inconsciente, inesperado, incerto, invisível e desconhecido habitante da subjetividade humana, motor do questionamento mais radical possível do Cogito Cartesiano.

Com efeito, desde as penumbras da história reergue-se um novo racionalismo, talvez mais acrítico e religioso , cuja lógica bélica aniquila toda subversão do sujeito à medida que está assimilada à lógica do terror. Trata-se

então, do reinado da globalização político-econômica e subjetiva na sua versão ultra-conservadora e seus efeitos na subjetividade humana e naqueles que, desde Freud, têm sabido outorgar ao desejo inconsciente o estatuto crítico da dominação inter e intrasubjetiva.

Logo, como analistas duplamente recolonizados, pelos simples fato de ser portadores do “terror” do inconsciente adocicado nas versões do pai e também porque moramos em países em vias de ser recolonizados através da ALCA, NAFTA ou um sem número de acordos que legitimam a anexação dos estados pobres ao Estado Imperial. A psicanálise não pode fazer ouvidos surdos a esta nova configuração que adotou o capitalismo e caso a psicanálise seja o discurso dos psicanalistas (2), devemos aceitar que este discurso duplamente recolonizado nunca poderá ser neutro nem cientificista sem correr o risco de ser aniquilado.

II – ESTADO IMPERIAL E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Dois conceitos têm sido sempre centrais na prática psicanalítica, ainda nas correntes mais diversas: o desejo inconsciente e a transferência. Sobre o desejo inconsciente podemos dizer que um século de psicanálise concedeu-lhe um estatuto fetichista que têm o mesmo caráter que o fetichismo que anima o Estado (3), no mesmo sentido que Marx aludia quando postulava o fetichismo das mercancias. Nesse sentido, a globalização neoliberal foi o sistema que melhor compreendeu o mecanismo de fetichização e os efeitos sobre a subjetividade humana na medida em que objetos e corpos consumiam e eram consumidos(4) nessa “fábula emancipatória” desenfreada gerada nas últimas décadas do século passado (5). Mas todo movimento veloz de circulação neoliberal é seguido de um movimento lento de acumulação de capital de características conservadoras de forma que, o central neste momento não é a fetichização do Estado nem dos objetos de consumo, mas dos recursos naturais e paradoxalmente das armas letais. Com efeito, a humanidade está com medo e em recessão e o fantasma de conflagração mundial-nuclear têm sido substituído pelo fantasma de inermidade frente a um Estado Imperial e o escudo que ameaça botar sobre nossas cabeças literal e metaforicamente. Como não poderia deixar de ser, o Estado Imperial têm duas leis: a que impõe

a seus países dependentes e a própria que aplica a seus cidadãos “livres” o que explica porque não assina nenhum convênio internacional, nem sequer a Convenção dos Direitos da Criança da qual é o único país no mundo não assinante. Lógico, caso o fizesse, passariam os próximos 100 anos respondendo a processos pelo massacre das crianças do Afeganistão e Iraque.

Freud foi muito explícito nos efeitos que geram estes sistemas de dominação da subjetividade humana quando se refere à identificação ao opressor. O particular neste caso, é a recolonização do desejo inconsciente do analista, o que nos leva a considerar a questão da transferência. Continuando uma história que deixou sinais indeléveis na psicanálise, a psicanálise de crianças torna a fornecer uma experiência clínica que merece ser assinalada. Para as crianças não existe um sujeito suposto saber, mas um sujeito suposto poder na medida em que, para uma criança, os adultos são possuidores do poder pelo simples fato de serem adultos (6). Podemos inclusive tomar esta questão do poder no sentido que o faz Max Weber, como “probabilidade de impor a vontade própria contra qualquer tipo de resistência por parte dos participantes desta relação”. Com efeito, o “suposto” lacaniano torna-se “probabilidade” na teorização weberiana na medida em que implica a peremptoriedade de seu exercício. Desta forma, o analista para a criança, não resulta apenas a “imagem” paterna ou materna, mas representa todo o poder adulto que exercem sobre ele mesmo as instituições que forjaram a infância, tais como a instituição da educação, da saúde, da família, etc. A partir desta simples proposição, podemos analisar o desejo do analista implicado ao poder constituído pelas instituições que o atravessam e dão sentido à sua prática e até ao seu existir como analista. Em outras palavras, trata-se da análise da implicação do analista com o Poder numa sociedade globalizada em sua vertente mais reacionária e belicista.

III – PSICANÁLISE, ESTADO E TERCEIRO SETOR

O discurso dos psicanalistas neocolonizados fica restrito as quatro paredes de um consultório apenas na aparência. Em seu confronto permanente com o Estado, o denominado Terceiro Setor e finalmente com o

mercado torna-se visível o poder que encerram essas quatro paredes. Este seria o outro discurso do analista recolonizado, reprimido, silenciado, passivo, apenas apelando a uma ecolalia autista para enunciar seus matemas. Para a ONG da qual sou parte, isto têm um correlato real através da sua participação nos programas de prevenção, notificação e assistência em maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes que, a partir do ano 2000, desenvolveu-se como ONG junto ao Estado, o Município e a Sociedade Civil, representada pelos Conselhos de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, criados no marco do Estatuto da Criança e o Adolescente. Esta menção têm como objetivo tomar como paradigmática a prática de uma instituição psicanalítica que, dedicada à transmissão da psicanálise e da psicanálise de ou com crianças, transcende a criação de uma escola ou de uma clínica para a comunidade para constituir uma ONG que realiza tarefas de campo na área social. Com efeito, os antigos analistas do Terceiro Mundo hoje são os analistas do Terceiro Setor e nesta “terceiridade” não parecem ser beneficiários de qualquer tipo de simbolização emergente.

Podemos dizer que sua existência constitui uma exceção compartilhada com um pequeno número de instituições na América do Sul da qual participam psicanalistas de várias correntes teóricas. Apenas o fato de que ditos psicanalistas desenvolvam em uma ONG tarefas de gestão, formação, organização, transmissão e até assistência portas afora da instituição se afasta das experiências do conjunto de instituições psicanalíticas. A isto devemos acrescentar a necessidade de uma intensa formação na teoria dos grupos e das instituições assim como dentro do tema da violência, como para operar dentro de um campo onde o poder deixa de ser uma metáfora para se tornar um exercício permanente de ações destinadas a dominar a vida das pessoas. Tudo isto contribui para que seja importante escutar o discurso dos psicanalistas que desenvolvem este tipo de práticas longe do âmbito universitário, das concepções tradicionais das sociedades psicanalíticas e muito mais longe ainda dos recintos da psiquiatria, se deparando com um mundo que, como dizia Freud, não é precisamente um berçário.

O discurso dos psicanalistas implicados politicamente, em especial através das Organizações da Sociedade Civil transita por um “inferno” constituído por vários empecilhos. Em primeiro lugar, as críticas de vários

setores dentro da psicanálise que condenam esta prática considerando-a mais adequada a psicólogos sociais, educadores ou políticos do que a psicanalistas sérios. Em segundo lugar, a representação do psicanalista no imaginário social situado muito mais em um consultório na Tijuca ou Ipanema que nas ruas de uma favela. Finalmente, este discurso confronta-se de forma direta com o poder do Estado. Estado que, a partir da globalização e com a entrada das altas tecnologias no campo da produção e da comunicação têm mudado ou pelo menos tenta mudar seu caráter paternalista assistencialista para se tornar um Estado Mínimo, o que significa, na realidade, um esvaziamento do poder societário que representava com a consequente fragmentação do corpo social que dava sentido a sua existência. Então, fica para as Organizações da Sociedade Civil, funcionais ao projeto globalizador, a tarefa de reconstruir os vínculos solidários entre as pessoas, de exercer ações sociais consistentes e a missão política de ocupar um lugar sem dispor dos aparelhos do estado ou seja, sem nenhum poder. Por isso vale a pena remarcar que, na defesa de uma ética humana, as OSC tiveram que abraçar o princípio de falsificação (7) que reside na renúncia das utopias instituintes para, entre outras coisas, atingir os subsídios para os programas que permitam continuar com sua existência.

Triplo embate dos psicanalistas vinculados aos programas sociais: com o Estado e os aparelhos de poder societário políticos, econômicos e subjetivos; a própria corporação psicanalítica e finalmente a inscrição da psicanálise no imaginário social como um tratamento para uma elite de pessoas inteligentes, ou seja, da burguesia. Nesse contexto, os psicanalistas, em seu devir político-social percebem claramente a mudança que sofrem na sua implicação: são psicanalistas e militantes de uma causa.

Na verdade, uma leitura da história da psicanálise permite comprovar que os psicanalistas sempre têm sido militantes de alguma causa, freudiana para uns, lacaniana para outros. Talvez seja este o motivo da bem sucedida oferta da psicanálise no século passado. Logo, não resulta estranho ao discurso do psicanalista seu compromisso militante. O que se torna realmente diferente é que esse compromisso esteja inserido numa prática político-social concreta, inscrita ou não numa política partidária, mas que não fica reduzida a uma disciplina científica que cada vez mais tem adquirido um caráter dogmático.

No avanço deste discurso, podemos remarcar uma outra complexidade gerada por este tipo de prática, que consiste na ruptura das “naturais” fronteiras estabelecidas pela divisão do trabalho capitalista para instituir uma prática transdisciplinar, na medida em que toda ação social envolve agentes de diferentes disciplinas. Aliás, o termo “ação” constitui toda uma diferença no discurso do psicanalista. Seja considerando toda ação intra ou extra setting uma resistência ou uma passagem ao ato frente aos pontos cegos do analista, a ação sempre foi considerada alheia à “terapia da palavra” analítica. Mas, como imaginar um programa social sem ato, considerando que este é a essência do instituinte através do “Ato Poder”(8), momento crucial da praxis na passagem de todo um grupo à categoria de grupo sujeito? Este ato é ao mesmo tempo transdisciplinar e muitas vezes, afortunadamente, muito mais do que isso porque envolve a própria comunidade como agente de transformações.

Em síntese, o discurso do psicanalista implicado na prática político-social muda o curso das teorizações, até a semiótica dominante na psicanálise.

Ali onde dominava a teoria do sujeito, emergem as teorizações sobre a subjetividade tanto no singular quanto no coletivo, tanto no político-econômico quanto no sócio-libidinal. Ali onde a transferência era hegemônica introduz a questão da implicação, ali onde eram privilegiados o silêncio ou a palavra do analista (a interpretação) aparece também o ato poder, ali onde a tópica freudiana ou lacaniana permitiam pensar o sujeito e o conflito em termos de lugares ou registros, desenvolvem-se as figurações que permitem compreender as complexas articulações subjetivas na sociedade atual. Ali onde só tinha lugar o passado começa a ter importância o devir.

IV – A PSICANÁLISE SERÁ AUTOGESTIVA...

O discurso dos psicanalistas que na sua grande maioria trabalham nos programas sociais desde uma perspectiva institucionalista ou sócioanalítica têm três operadores como eixo central desta prática, independentemente da vertente teórica que os sustente. O primeiro é a dimensão analítica da prática, o que significa achar no fantasma institucional e nas transversalidades

emergentes a circulação do desejo inconsciente. Em segundo lugar, a prática autogestiva como suporte dos níveis de implicação e transferência institucional e finalmente a criatividade como ponte de passagem do passado instituído a um devir instituinte.

Para fazer a abordagem da primeira questão torna-se imprescindível pensar na desfetichização do desejo inconsciente, para considerar as figurações que permitam definir a dimensão imanente do desejo nas suas vertentes essencialmente políticas. Nesse sentido, repetimos a risco de sermos reiterativos que a melhor forma de desfetichizar o desejo é através da desmistificação (9) do tratamento individual como instrumento princeps da prática psicanalítica, incluindo práticas grupais e institucionais na sua apreensão. A segunda e a terceira questão são muito mais complexas, em especial considerando o espalhamento de aço que impõe as implicações corporativas (10). Precisamente o segundo operador referido, a autogestão, é central para a abordagem do sujeito suposto saber que envolve todos os níveis de poder societário em ato, pelo que devemos compreender o que significa e sua importância como veículo de transformação.

Podemos dizer como ponto de partida que a autogestão, entre outras coisas, é o melhor dispositivo para tornar visível a implicação dos agentes sociais, dos psicanalistas e até do conjunto dos intelectuais ao poder. Agora bem, a implicação dos psicanalistas têm dois obstáculos básicos (11): a relação sujeito-objeto (perdido) e seu derivado em categorias empíricas subjetividade-objetividade e em segunda instância o fato de que toda implicação é crescente e coletiva. Pois bem, a autogestão liquida de uma tacada só o limite imaginário entre subjetividade e objetividade, assim como impõe pela própria transversalidade do dispositivo a necessidade de considerar a análise da implicação num plano coletivo. Ao mesmo tempo, a autogestão torna visível o caráter crescente da implicação desenvolvida com a própria prática social, ou seja que não subjaz como estrutura pré-determinada, mas vai adquirindo novas figuras tanto no seu avanço quanto no seu retrocesso. Alguma vez, o próprio Freud comparou o ordenamento dos traços mnemônicos inconscientes com uma cebola, metáfora que Lacan também adota no momento de descrever a dinâmica das identificações. Pois bem, as implicações crescem precisamente como uma cebola, podem formar camadas até se tornar

sobreimplicação assim como podem ser descascadas até a desimplicação, mas quando cortamos ao meio, vemos a complexidade das implicações superpostas. O mais interessante, talvez para aqueles que, como nós, trabalhamos nos programas de notificação de maus-tratos e abuso sexual e assistência a crianças que sofrem essas violências é o “líquido” que impregna esta cebola e que, dito seja de passagem nos faz “chorar”, que é o patriarcado que caracteriza todas as políticas e ações sociais em nossos países. Precisamente é à luz desta implicação crescente e decrescente que devemos considerar o burn out – queima dos agentes sociais que trabalham sob circunstâncias traumáticas – em especial no confronto com a camuflagem que o Estado adota, incorporando práticas de gestão modernas produtivistas e neo-eficientistas que disfarçam o paternalismo e o personalismo político-subjetivo que as anima. Gera-se assim um ponto de conflito intenso entre as instituições da sociedade civil sujeitas ao princípio de falsificação que mencionamos anteriormente, os agentes sociais em pleno burn out e o Estado, “camuflado como os peixes” (12). É precisamente neste ponto que a prática analítica tem muito a dizer, em especial através do melhor analisador para este tipo de conflitiva como é a autogestão.

A pesar disto a psicanálise nunca estudou, praticou nem tentou compreender a autogestão. Ainda mais, até os psicanalistas mais progressistas olharam com desconfiança este processo, tão inserido na própria dialética do desejo inconsciente, não porque não gostem das utopias mas porque conceberam a autogestão como uma verdadeira ameaça ao poder instituído. Este é, talvez, o principal desafio para quem considere que o suposto saber não é tão suposto, na medida que não existe poder sem “probabilidade” de exercício do mesmo, seja através da palavra ou do silêncio. Por isso, o discurso dos psicanalistas que participam das Organizações da Sociedade Civil, talvez seja uma voz que mereça ser ouvida porque propõe pensar que o ponto de ruptura central da psicanálise está na gestão. Isto é apenas uma parte do que o discurso do psicanalista implicado na prática político-social pode oferecer à psicanálise: a oportunidade de pensar a autogestão nos termos que Tomasseta propõe para “conquistar uma nova moral social, como condição de novas relações sociais progressivas”(13). Com efeito, é na autogestão que nós psicanalistas percebemos o caráter da recolonização ou desterritorialização

desejante (14). Dita desterritorialização a comprovamos na proletarização dos psicanalistas trabalhando nos serviços de saúde privados. A padecemos nos psicanalistas presos a implicações corporativas de ordem psicanalítica e não psicanalítica. A lamentamos nos psicanalistas observadores passivos de uma constante e crescente medicalização psicotrópica do universo que instrumentalisa o mercado. A vivemos como funcionários de um Estado que privilegia a psiquiatria biológica pelo simples fato de que constitui uma excelente vitrine da subjetividade humana na sua dimensão conflitiva.

Apesar disso, a autogestão não é um mar de rosas, como o demonstram aqueles que perseguem esta utopia. Ao conjunto de problemáticas inerentes a sua própria prática, devemos acrescentar o permanente confronto com a heterogestão do Estado assim como das corporações. Não constitui, então, nenhum paraíso para ingênuos, apesar de nos laços fraternos e solidários existir mais humanidade que em qualquer outro tipo de gestão. De qualquer forma, na minha opinião resulta ser, em momentos como os atuais, o instrumento mais adequado para responder a neocolonização dos territórios geográficos e subjetivos. Pelo menos, muito mais adequado que estreitar fileiras em blocos corporativos que garantam, por exemplo, o exercício da profissão, que não deixaria de ser uma forma de morrer lamentando a própria morte. O que não me deixa dúvidas é que, a partir de como os psicanalistas que participam dos Estados Gerais respondam a Doutrina Rumsfeld, saberemos se aqueles que foram capazes de interpretar o passado, poderão conquistar o futuro.

V - ...OU NÃO SERÁ!

ANEDOTAS E APELIDOS

(OU O ESTADO É, DE FORMA GERAL, UM ESTADO DE ÂNIMO)

Por Gregório Baremlitt, sujeito nômade. Vagamente lembra que alguma vez foi psicanalista. Na atualidade esta devindo imperceptível.

Uma língua menor é o que foge de uma Língua Maior ou de Estado. Uma Língua Maior é quase indiscernível de um discurso tecno-científico burocrático.

Como o autor destas linhas não é Nietzsche, nem muito menos teve sucesso escrevendo aforismos, para tratar este tema relatará anedotas e apelidos, alguma coisa assim como uma língua menor.

Em Santiago del Estero, um dos estados argentinos, havia um político oportunista que conseguiu ocupar todos os cargos que o governo peronista oferecia. No dia seguinte ao golpe de estado antiperonista, o citado aproveitador publicou um grande anúncio pago no principal jornal local renegando a fé peronista, escrito este que intitulava-se “Vivi com olhos vendados”. O povo de Santiago, famoso pela sua habilidade para botar apelidos o batizou, para sempre, com o mote de “Odalisca”.

Quando no início da década de setenta, foi lido no Congresso da Associação Psicanalítica Argentina realizado na Aula Magna da Faculdade de Medicina meu primeiro escrito como candidato à formação psicanalítica, meu amigo Eduardo Pavlovsky, que era membro titular, teve que assiná-lo junto comigo, porque o regulamento não permitiria apresentar essa exposição. O trabalho denominava-se Psicanálise e Política e era o primeiro apoiado pelo grupo Plataforma Argentina. O citado recinto estava cheio de psicanalistas didatas, muitos dos quais detestavam a aproximação entre o freudismo e a política, mas sentiam-se obrigados a comparecer para que sua ausência não fosse considerada como reacionária. Na ocasião narrei a mencionada anedota de Santiago del Estero e os apelidei frontalmente de “Odaliscas”.

Nos anos 90, participava junto com meu querido amigo Armando Bauleo de um Congresso em Milão, constituído pelo encontro de 1500 psicanalistas europeus de esquerda, onde na verdade os textos apresentados eram muito chatos e reeditavam sem cessar o Freud-marxismo da década de trinta. Bauleo comentou no meu ouvido: “Eles são os pioneiros da retaguarda”.

Poucos meses atrás, numa revista de uma tradicional organização psicanalítica de Belo Horizonte, Minas Gerais, consegui ler um trabalho traduzido para o português de um prestigioso psicanalista argentino que, entre outras considerações a respeito da psicanálise, a ética e a política, citava com saudades e como exemplo de dignidade e correção de governo um ex-

presidente argentino Arturo Illia. Para esse magistrado, a sabedoria popular tinha um apelido: a tartaruga, aludindo a sua lentidão e incompetência. Como mencionei anteriormente, trata-se de Apelidos e Anedotas, uma língua menor.

Faz mais de trinta anos que meu gentil e admirado amigo Robert Castel, num inesquecível livro, assinalou com muita perspicácia que o Movimento Psicanalítico estava passando sem pressa e organicamente de ser uma seita a se tornar uma igreja, “progressão” esta que denominou de “Psicanalismo”. Atualmente este talentoso autor não se dedica ao estudo deste tema, mas acredito que a proliferação de novas seitas e igrejas esta induzindo ao citado movimento a tentar uma espécie de pan-ecumenismo híbrido carismático para o qual propomos o nome de “Cambalache” (em homenagem ao Gran Mestre Discépolo)*

**N.T - Enrique Santos Discépolo, apelidado com carinho pelo povo argentino de “Discepolín”, autor e compositor de tangos, poeta e ícone da cultura popular argentina que teve o mérito de retratar com ironia e graça em seu mais famoso tango “Cambalache” a anarquia e o nonsense da sociedade moderna.*

Esses dois demônios: Gilles Deleuze e Felix Guattari, no seu célebre Antiédipo, perguntavam retoricamente: “A revolução russa e o movimento psicanalítico: quando começaram a andar mal...”? (Nos poderíamos acrescentar a essa interrogação a igreja católica e em suma, o Capitalismo Planetário Integrado). Começaram a “andar mal” quando tiveram início as purgas bolcheviques? Quando Pio XII tornou-se nazista? Quando foi fundada a Associação Psicanalítica Nacional Socialista? Quando caiu o Muro de Berlim? Quando os E.E.U.U. hotdoguizaram Hiroshima e Nagasaky, ou quando os três grandes blocos desenvolvidos neoliberalizaram (cada um a seu jeito) o mundo contemporâneo? Ou talvez quando o movimento psicanalítico configurou-se como uma multinacional tipo General Motors ou General M. Ou agora que resolveu convocar uma globalização “deliberativa” da ortopedia filantrópica social subjetivante em-nome-do-Pai. Um suposto “universal” teórico exaustivo e excludente (o inconsciente psicanalítico) que convoca os estados particulares (que aceitam, porque não são singulares) a uma aristo-democracia: “seremos todos generais... ou não seremos Nada” (como diziam Heidegger, Lacan e San Martin). Claro, que sem esquecer que existem generais de brigada, de divisão,

de Estado Maior e até de “estado interessante” (grávidos tipo Schreber de gerais por vir).

Caso a História repete-se a primeira vez como tragédia e a segunda como comédia, a terceira, quarta ou assim sucessivamente, repetem-se como ondas multitudinárias turístico-internéticas. A Rede Geral têm o Sujeito do Significante no centro, a Versailles em todas partes e ao inconsciente realmente máquinico em nenhuma.

“Neoarcaismos” infadigáveis, os Estado Gerais da Psicanálise tentam ser o equipamento de poder que administre:

a pauperização profissional dos psico-serviços liberais autônomos, independentes e periféricos.

A desregulamentação e o desemprego de suas versões assalariadas públicas, privadas e beneficentes locais.

Estes equipamentos de trabalho já não conseguem subsidiar a recessão que afeta aos mercados centrais. Mas, a esta altura, neo-colonizar, assim como o Real e como a relação sexual, são “impossíveis”... Embora paradoxalmente sempre sejam astutamente concentráveis.

Dejá vú, déjà vú, Catilina, Catilina, até quando teremos que agüentar os Estados Gerais de ânimo ao que o Grande Outro (De Gaulle, como falava René Lourau) , nos convocam!

BIBLIOGRAFÍA:

1. **Petras, James.**- Construcción Imperial y Dominación – Rebelión- 29 de Julio de 2003
2. **Lacan, Jacques** – Seminario El Acto Psicoanalítico – 1967/68
3. **Holloway, J.** – Marxismo, Estado y Capital – Ficha temática Cuadernos del Sur- Universidad de Bs. As. 2002
4. **Guattari, Felix.**- Psicoanálisis y Transversalidad – Ed. Siglo XXI- Buenos Aires
5. **Santos, Milton** – Por Uma Outra Globalização – Edit. Record – Sao Paulo - 2000
6. **Dio de Bleichmar, Emilce.**- Muerte y Resurrección del Psicoanálisis de Niños – Rev. Imago – Buenos Aires -1990
7. **Hess, R y Authier.**- L'Analyse Institutionnelle – Edit PUF. Col. Que sais je? – Paris, 1981
8. **Mendel, Gerard.**- Sociopsicoanálisis 1 y 2 – Ed Amorrortu- Buenos Aires - 1973
9. **Barembly, Gregorio F.**- Compendio de Análise Institucional . Edit. Rosa dos Ventos . Brasil 1992
10. **Volnovich, Jorge R.** - Abuso Sexual en la Infancia: Producción y Poder – Edit. Lumen Humanitas – Buenos Aires - 2002
11. **Lorau, René.** Los Intelectuales y el Poder – Nordan Comunidad – Uruguay- 2001
12. **Certeau, Michel de .**- Historia y Psicoanálisis .- ITESU/UIA- México- 1995
13. **Tomasseta. D.**- Participación y Autogestión . Edit. Amorrortu – Argentina – 1972
14. **Deleuze , G , Guattari F .**- Mil Mesetas – Edit. Pretextos- Valencia- 1988